

O “trade-off” da economia brasileira

O investimento da iniciativa privada no setor de serviços, incentivado pelas privatizações das ferrovias, rodovias, hidrovias e portos, além das telecomunicações, energia e quebra de monopólios, está criando uma plataforma para o desenvolvimento em um ambiente de estabilidade da moeda e responsabilidade fiscal.

A consolidação da democracia brasileira é um fato marcante nestes últimos anos. A consequência desse novo ambiente institucional está sendo demonstrada na atual campanha eleitoral, onde o que se tem verificado é a busca de todos os partidos por alianças que permitam a governabilidade dos seus eleitos. As candidaturas não apresentam confrontos institucionais. Ao contrário, a tônica tem sido a de fortalecer o Estado de Direito.

Esse contexto de governabilidade é um importante ingrediente para que possam ser enfrentados os novos desafios decorrente do “trade-off” (abrir mão de alguma coisa para obter outra) da atual política econômica, que trouxe benefícios em troca de sacrifícios

para uma sustentabilidade futura. O dilema do “trade-off” é sempre o de criar alternativas difíceis que exigem responsabilidade e competência. Não significa que a decisão está certa ou errada, mas sim que uma decisão precisa ser tomada e uma renúncia é sempre a moeda de troca. Esses novos desafios não devem ser encobertos por populismo macroeconômico nem demagogia eleitoral.

A falta de uma política industrial para acelerar o crescimento econômico é um desses desafios. O aumento do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos sete anos foi em média de 2,41%, bem menos do que o de outros países em desenvolvimento. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a média anual do crescimento da China de 1996 a 2000 ficou em 8,26%; da Índia, no mesmo período, em 5,73%; e do México, 4,46%, de 1996 a 2001.

Além disso, no Brasil, o resultado

dos três primeiros meses de 2002 foi negativo, menos 0,73%, em relação ao mesmo período do ano passado, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É verdade que o primeiro trimestre de 2001 foi de maior crescimento econômico: 4,33%. Pesou no resultado do primeiro trimestre de 2002 o desempenho da indústria, com menos 3,91%, puxado para baixo pela queda de 12,15% nos serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, ainda com

O “trade-off” sempre cria alternativas difíceis que devem ser enfrentadas com competência e responsabilidade

reflexos do racionamento) e na construção civil, que caiu 8,9%, pela diminuição das operações de crédito à habitação.

Um indicador das perdas de venda de produtos é a correspondente redução do volume dos recolhimentos de impostos sobre mercadorias, que encolheram 6,44%. Responsáveis por esse encolhimento são principalmente os setores que têm maior incidência

de tributos, como o de automóveis, que venderam menos no trimestre.

É necessária uma reforma tributária e fiscal que promova o crescimento econômico. A excessiva carga tributária federal decorrente das contribuições, dos impostos em cascata e das onerações das exportações, principalmente nos produtos de maior valor agregado, estão segurando a retomada do desenvolvimento

Apesar de tudo, analistas da conjuntura, valendo-se da comparação com o último trimestre do ano passado que revelam um aumento de 1,34% para o PIB dos primeiros três meses deste ano, acreditam em uma tendência de recuperação da economia ainda em 2002, com crescimento em torno de 2%. Além disso, o resultado apurado de -0,73% é menor do que vinha sendo estimado. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por exemplo, projetara diminuição de 1,6% para o primeiro trimestre, bem mais do que o obtido.

Embora a atividade econômica no primeiro trimestre ainda tenha respi-

gos do racionamento de energia, não se deve deixar de lado um outro indicador, o da perda do poder de compra do brasileiro, que vem ocorrendo desde 1998, segundo levantamento efetuado pelo IBGE em São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre.

Em dezembro daquele ano, o salário médio real (já aplicado como deflator o IGP-DI) era de R\$ 1.115,66. Diminuiu ano a ano até atingir seu ponto mais baixo em março de 2002: R\$ 767,84. No total, a massa salarial caiu de R\$ 18,31 bilhões em dezembro de 1998 para R\$ 13,51 bilhões em março deste ano.

Paralelamente, cresce o número de desempregados. A taxa apurada pelo IBGE em abril é de 7,6%, a mais alta desde o mês de maio de 2000, quando foi de 7,8% da População Economicamente Ativa (PEA). Cerca de 249 mil trabalhadores procuraram ocupação e houve diminuição de 34 mil postos no mercado.